



PARECER JURÍDICO n.º 014/2023/SAPL

Em análise ao projeto/mensagem sob o n.º. 021/2023/SAPL que “*Altera a Lei Municipal n.º 2.241/2023 que ‘Dispõe sobre a possibilidade de concessão de benefícios público-privados as Associações sem fins lucrativos taxativamente previstos nesta Lei e dá outras providências’*”, temos a dizer o seguinte:

O projeto em questão versa sobre alteração da listagem de associações aptas a receberem recursos públicos, observando-se, no futuro, se as mesmas atendem o fim social a que se propõem.

É o relato dos fatos.

II – DO MÉRITO

Prefacialmente, importante destacar que o exame da Procuradoria Jurídica se cinge tão somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de responsabilidade da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e Finanças e Orçamento.

Primeiramente cumpre salientar que a Constituição Federal estabelece no artigo 30, inciso I, que é competência privativa do executivo municipal legislar sobre assunto de interesse local, notadamente quadro de funcionários.

Num segundo momento, vale dizer que o artigo 43, inciso III da Lei Orgânica Municipal, **institui a competência privativa do alcaide em dar início ao processo Legislativo, nos casos previstos na citada Lei.**



Assegura também, o inciso VI, sobre a capacidade do Executivo na **direção, na organização e no funcionamento da administração municipal**.

Em análise ao projeto, verifica-se que o mesmo versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República e no artigo 43, inciso III da Lei Orgânica Municipal.

Portanto, exsurge cristalina a competência do Prefeito Municipal para envio da matéria, ao estabelecer o rol das associação que, se preencherem os requisitos, poderão receber recursos públicos.

Todavia, a falta de técnica legislativa compromete a qualidade e elegância do projeto, motivo pelo qual propomos emenda modificativa, que não altera em nada a essência, apenas acompanha a estética da lei-mãe, vejamos:

ART. 1.º. EMENDA MODIFICATIVA – Passa a vigorar com a seguinte redação: *“Acrescenta incisos no art. 1.º da Lei 2.241/2023, com a redação seguinte:*

XLVI – Associação dos Recicladores Super Plástico São Miguel do Guaporé-RO (ARESP);

XLVII – Associação dos Recicladores de São Miguel do Guaporé-RO – ARSMIG

Da análise do restante do projeto telado, **não se verifica inconstitucionalidade ou ilegalidade**.

III - CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, **tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação**. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DE RONÔNIA

oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) *Sem grifo no original.*

Assim é o parecer que ora submeto à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa.

Finalmente, a emenda acima visa acompanhar a lei que ora se modifica e manter a elegância legislativa, não existindo outros vícios ou defeitos que ensejem alterações ou proposta de emendas, motivo pelo qual esta Procuradoria Jurídica opina pela **legalidade** e **constitucionalidade** do referido Projeto de Lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.

São Miguel do Guaporé, 09 de março de 2023.

Neide Skalecki Gonçalves
Procuradora Jurídica – OAB-RO 283-B